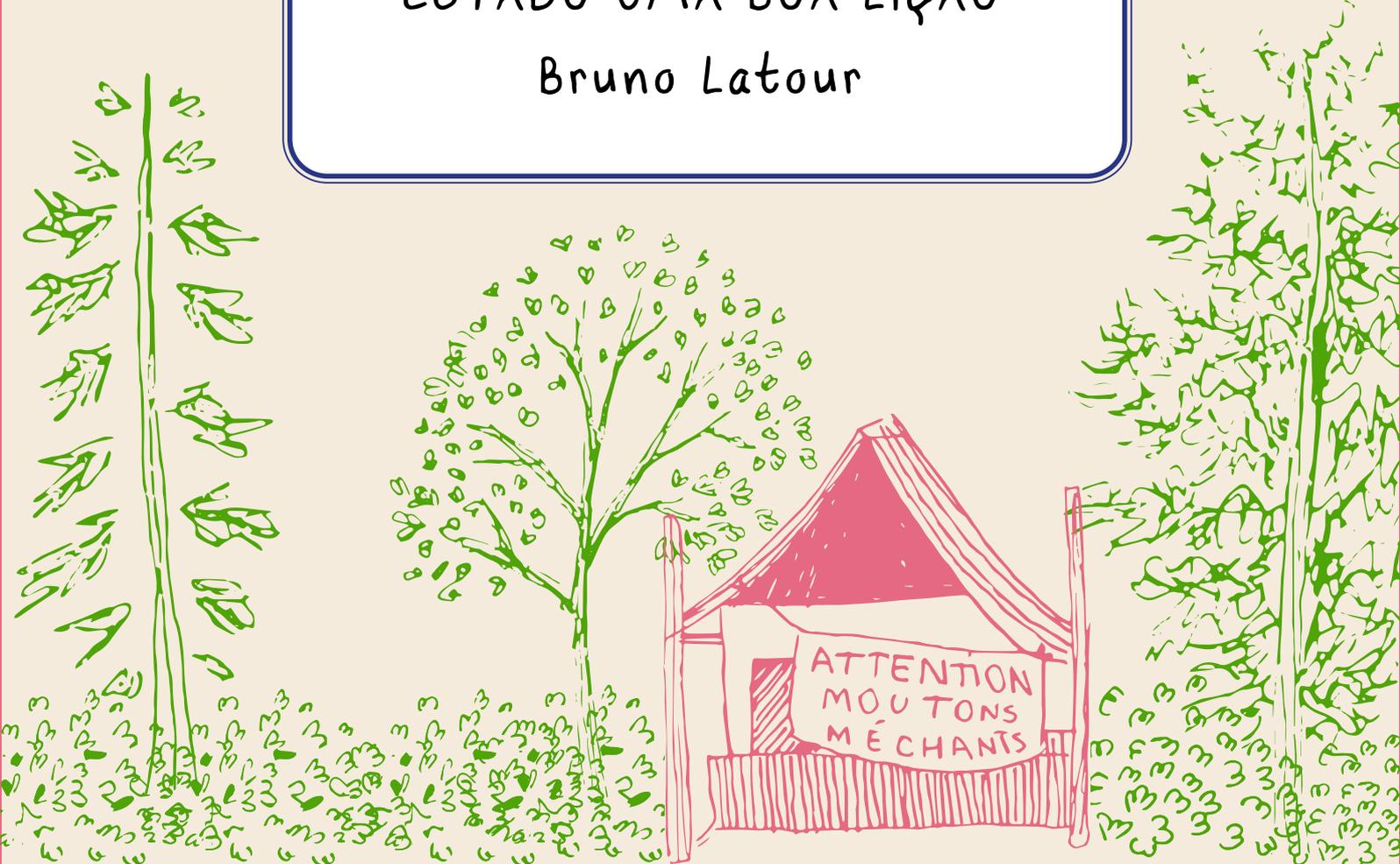


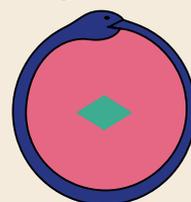


CONTRE
L'AÉROPORT
ET SON MONDE

ONDE A ZAD DÁ AO
ESTADO UMA BOA LIÇÃO
Bruno Latour



ATTENTION
MOUTONS
MÉCHANTS



cadernos
SELVAGEM

BREVE NOTA CONTEXTUAL

Desde a década de 1960, uma grande área situada em Notre-Dame-des-Landes, no noroeste da França, esteve em vias de receber um aeroporto. A construção era projetada para atender às demandas de crescimento da região e implicava em diversos impactos socioambientais, como expulsão de populações, aniquilação de campos cultiváveis, entre outros. Houve grande oposição de moradores, denúncias ao projeto e contestações judiciais.

Em 2009, o território foi ocupado por pequenos agricultores e ambientalistas que organizaram a resistência e instituíram a ZAD (Zona a defender) num movimento de manutenção, gestão e autonomia coletiva que, ao longo dos anos, sobreviveu a várias investidas do estado francês de despejá-lo e inspirou outras experiências no país e no mundo. Em 2018, os planos de construção do aeroporto foram cancelados e a ZAD foi evacuada. Sob forte violência estatal, as ocupações foram desmanteladas e o estado tentou recuperar o controle das terras.

A ZAD se tornou um símbolo do entrelaçamento de lutas que inventam outros modos de vida e liberdade e sustentam contrapontos radicais ao desenho de mundo civilizado.

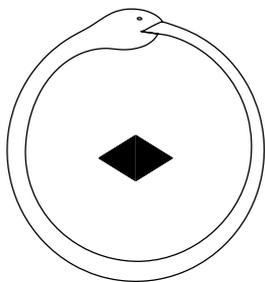
O assunto foi tratado no filme [Composer les mondes](#) [Compondo os mundos] dirigido por Eliza Levy, apresentado no Caderno [Qual a coisa certa a se fazer?](#) de Vandana Shiva, Alberto Acosta, Elisa Levy e Baptiste Lanaspèze.

Nastassja Martin, que participou da Conversa na Rede: [Os elementos estão falando](#), esteve envolvida com as atividades zadistas em conferências e fóruns de discussão política.

A visão proposta por Latour de que *uma ação pode ser professora* nos interessa particularmente. O termo *Escola Viva Shubu Hiwea* é adotado pelo pajé **Dua Buse** para a relação entre elementos, coisas e pessoas diante do ato de aprendizagem. Estendemos o uso deste termo na [rede de apoios](#) coordenada por Cristine Takuá, as Escolas Vivas [Huni Kuĩ](#), [Maxakali](#), [Guarani](#) e [Tukano](#).

O livro [Plantas mestras: tabaco e ayahuasca](#) de Jeremy Narby e Rafael Chanchari Pizuri, publicado pela Dantes Editora em 2022, também se relaciona com o tema colocado por Bruno Latour. O livro aspira compartilhar com os leitores conhecimentos científicos e tradicionais sobre estas duas entidades vegetais, se questionando como plantas podem ser professoras.

Aqui, neste caderno, e em todo ciclo Selvagem, aguçamos nosso interesse em outros desenhos de mundo.



ONDE A ZAD DÁ AO ESTADO UMA BOA LIÇÃO

Bruno Latour

Para um livro organizado por Jade Lindgaard

*Bruno Latour escreveu este ensaio, publicado na antologia
“Éloge des mauvaises herbes: ce que nous devons à la ZAD”
[Louvor às ervas daninhas: o que devemos à ZAD] (2018),
organizado por Jade Lindgaard.*

AÇÕES PROFESSORAS

Considerando a pilha de latas de gás lacrimogêneo e de granadas lançadas nos últimos tempos sobre a ZAD de Notre-Dame-des-Landes, não há dúvida de que se trata de uma violência de Estado. Tudo nos faz nos indignarmos contra a incompreensão das autoridades frente à originalidade da situação e pedir a suspensão desses procedimentos de evacuação e de desmontagem. Entretanto, eu gostaria de seguir aqui uma outra linha: se o Estado é cego, cabe também à ZAD, e especialmente àqueles que apoiam os zadistas, *ensinar ao Estado* como ele deve se comportar, quando se aborda a questão das áreas de vida ou dos territórios em luta. Pode ser contestado que não é responsabilidade daqueles que sofrem violência ter tal visão de seu papel; cabe às autoridades saber como se comportar e qual é o limite de suas ações.

Em geral isso pode ser verdade, mas não neste caso particular, já que a ZAD de Notre-Dame-des-Landes *já ensinou* ao Estado francês uma lição bastante dolorosa: enquanto todos os procedimentos (consultas, opiniões de especialistas, referendos) que caracterizavam um “estado de direito” tinham concluído a necessidade de um aeroporto, a decisão final foi de *não o construir*. Os zadistas revelaram, assim, um enorme buraco nos procedimentos deste ‘estado de direito’: o alinhamento das formas de deliberação e perícia não provam, estritamente, nada sobre a exatidão de uma decisão. A lição é dura para qualquer governo, mas é uma boa lição, que termina com uma injunção final: “Caros administradores e responsáveis pelas políticas de desenvolvimento, precisamos

rever completamente a forma de todos os procedimentos relacionados aos desenvolvimentos fundados até aqui sem muita discussão sobre as noções de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’”. Assim, fica claro que esta vitória extraordinária já engajou os zadistas no papel de professores do Estado: “Não nos imponha suas soluções prontas, mas nos ajude a concretizar as lições que aprendemos com nossa experiência. Como você nem sequer sabe o que significa ‘desenvolver um território’, é em nossa escola que você deve aceitar ser aluno”.

De fato, a grande inovação da ZAD, a meu ver, é ter forçado os ativistas, assim como os funcionários públicos, os intelectuais e os políticos, a abandonar esta filosofia da história, até agora inquestionável, que dividia o antes e o depois de acordo com a inevitável e indiscutível figura do progresso e da regressão. A genialidade do caso era assumir o controle do aeroporto e do mito do avião que decola, estabelecendo um violento curto-circuito com as “zonas úmidas”, os agricultores “do lugar”, o retorno de questões do comum e uma forma inteiramente nova de mundialização (termo que deve, obviamente, se opor ao de globalização). Exigir que pousemos usando por pretexto uma pista de decolagem, é a beleza desta figura de linguagem, que explica, provavelmente, o formidável efeito de alavanca política!

É fácil entender o que poderia ter desorientado, a esse ponto, o Estado mau-aluno, ou melhor, esse verdadeiro idiota. Se há uma coisa que ordena todo o esquema mental, tanto dos funcionários públicos, como dos políticos, é, por um lado, a distinção entre o que “avança” e o que “atrasa o progresso” e, por outro lado, o bloqueio, semelhante às bonecas russas, de todas as intervenções desde o local até o nacional. Mas, nada a ser feito, já que não se pode, nunca, colocar os componentes da ZAD – tal edifício decrépito, tal iniciativa, tal forma de procedimento, tal exigência – do lado do progresso ou da regressão – desistir de um aeroporto é um progresso imenso, se for uma questão de mudar a direção, e um atraso quase criminoso, se for uma questão de desenvolvimento à moda antiga –; não se pode decidir se Notre-Dame-des-Landes é um caso particular ou a prefiguração do que vão se tornar as “zonas” no mundo inteiro. A ZAD não se tornou a analista de todas as lutas pelos territórios de vida sem ter abandonado um único centímetro de sua

“zona crítica”? A apropriadamente chamada Notre-Dame-des-Landes se apresenta como um pequeno milagre que realoca o local e o mundial, assim como o antes e o depois.

Embora possa parecer estranho chamar ativistas para assumir o papel de professores das autoridades, o caso é, de fato, geral. Confiar nas respostas do Estado, como os apoiadores do aeroporto têm feito por tanto tempo, é esperar muito de suas capacidades. Se eles gritam contra a traição das regras sob a pressão da “política”, é porque esperam ingenuamente que o Estado saiba o que fazer, e o faça bem, quando se encontra diante de situações novas. No entanto, embora as autoridades se orgulhem de conhecer e de defender o bem comum, elas não têm nenhuma forma de exprimir e, muito menos, de explorar, quando se encontram confrontadas com um problema para o qual não foram previamente equipadas por meio de lutas precedentes.

Isso é o que John Dewey chama de paradoxo dos “problemas públicos” e a razão pela qual o Estado está sempre, em suas palavras, “se reinventando”. O aparelho governamental sabe o que deveria fazer diante de problemas que surgiram no passado recente – ou pelo menos, podemos dar-lhe o crédito desta capacidade em países com hábitos de liberdade –. Mas, diante de uma nova controvérsia, não há absolutamente nenhuma razão para que um funcionário do *Corps des Mines* ou da ENA saiba o que fazer. Como saberia? Não há nada mais difícil de descobrir, de mais obscuro, de mais complicado, que o “bem público” ou a “vontade geral”. Deve-se entrar em um período de exploração dos problemas e dos diversos públicos, que estão dilacerados; para nos livrarmos de tais controvérsias, devemos inventar regras de discernimento necessariamente inusitadas, uma vez que são, por definição, sem precedentes. É a magnífica frase de Lippmann: “Quando os fatos são os mais obscuros, quando faltam precedentes, quando tudo é inédito e confuso, é aí que, em toda sua incompetência, o público é obrigado a tomar suas decisões mais importantes. Os problemas mais difíceis são aqueles em que as instituições não são capazes de lidar. Esses são os problemas do público”.¹

1. Lippmann, Walter. *Le Public Fantôme* (Tradução de Laurence Décréau). Paris: Demopolis, 2008.

Se os procedimentos formais foram postos em prática, foi sempre após uma crise para levar em conta os problemas revelados pelos ativistas, especialistas, testemunhas e manifestantes na t-1. Mas saber qual procedimento seguir na t+1, sem a ajuda desses mesmos ativistas, é totalmente impossível. Para implementar o emparcelamento dos anos 1960 e a “modernização” da agricultura, o Estado – infelizmente – fez um bom trabalho, mas no caso do desmantelamento da política agrícola, devastada pela modernização, os funcionários públicos e os políticos estão tão perdidos quanto uma galinha que encontrou uma faca. Vemos, muito bem, o abismo que separa, ainda na prefeitura, os procedimentos que devem ser seguidos para a instalação dos agricultores *individuais* e os procedimentos, ainda pontilhados, que propuseram os zadistas para reconstituir os *comuns*. As instituições e procedimentos no tempo t-1 se encontram opostas às instituições e procedimentos no tempo t+1.

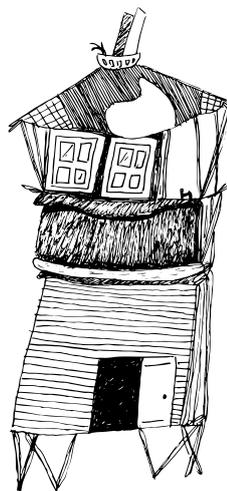
O perigo seria acreditar que não poderíamos instituir nada, o que seria o mesmo que esperar muito pouco do Estado, depois de ter esperado demais. É boa política considerar, sempre, o Estado como um aluno um pouco atrasado, cujas competências dependem inteiramente dos sensores com um *s*, dos censores com um *c*, de educadores e de *professores* capazes de dirigi-lo. Sozinho, ele é cego e surdo. E, ainda assim, sem ele, não se pode nem fazer durar nem instaurar o bem público, na etapa seguinte do qual ele constitui, por assim dizer, o arquivo e a memória institucional.

O ensino, eu reconheço, é terrivelmente assimétrico. Não é justo que os fracos ensinem a lição aos mais fortes. E, no entanto, é o pequeno Davi que deve ensinar ao imenso Golias a olhar para o outro lado, e esse último, irritado, vira-se sobre si mesmo, sem compreender o que lhe é pedido e recusa-se a ouvir a lição dos zadistas e, em sua fúria por não compreender a nova ordem, ele arrisca a esmagar tudo ao seu redor. É porque o Estado achava que conhecia o território. Era o que o definia. Ele exercia uma soberania sobre a terra. Mas, o que está em questão nas ZADs é o conjunto de chaves que permitem definir um solo, as fronteiras e uma soberania.

O que torna tão essencial o caso de Notre-Dame-des-Landes, é que este questionamento está ocorrendo exatamente num momento de

nossa triste história onde, em todos os países ao mesmo tempo, incluindo a França, a revolução conservadora, que sucedeu o sonho da globalização, também pretende redefinir o local, o pertencimento ao solo, as fronteiras e a soberania. Este é exatamente o momento em que devemos ser capazes de desviar o público em busca da segurança, para se proteger atrás de fronteiras estanques e, ao mesmo tempo, dar um significado totalmente novo às noções de local e mundial. Como inventar um sentimento de pertencimento sem cair apenas na identidade, redescobrir o local sem retornar à terra que “não mente”, e conseguir dissociar o gosto indispensável para o mundial, do repulsor agora oferecido pela globalização?

Diante de tais inovações, o Estado nada mais sabe a não ser enviar oficiais de justiça, apoiados por militares, para restaurar a velha maneira de ordenar as paisagens, para “restabelecer a ordem”. Ele cumpre seu papel, de fato, mas a ordem que ele quer restabelecer exige uma profunda agitação de seus procedimentos e a criação de novos sensores, para dar a si mesmo a capacidade de aterrissar com menos peso e de ouvir com atenção o ensinamento de seus mestres. Por enquanto, na fumaça das bombas e no relâmpago dos coquetéis Molotov, talvez não possamos vê-lo, mas a relação entre a ZAD e o Estado é de educação recíproca. Como maio é o mês de Maria, uma oração suplementar à chamada Nossa Senhora talvez não deva ser negligenciada...



BRUNO LATOUR (1947-2022)

Nascido em Beaune, na França, foi um antropólogo, sociólogo e filósofo da natureza e da ecologia política. Doutor em filosofia pela Université de Tours e em antropologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, onde trabalhou como professor emérito, escreveu mais de trinta livros, entre eles *Jamais fomos modernos*, *Políticas da natureza*, *Diante de Gaia*, *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* e *Onde estou? - Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Suas contribuições nas áreas da filosofia da ciência e da natureza tornaram-no um dos intelectuais mais respeitados da contemporaneidade.

O trabalho de produção editorial dos Cadernos Selvagem é realizado coletivamente com a comunidade Selvagem. A coordenação editorial é de Mariana Rotili e a editoração de Isabelle Passos.

Mais informações em selvagemciclo.com.br

TRADUÇÃO

SOLENI BISCOUTO FRESSATO

É historiadora e socióloga, integrante do Grupo de Estudos Transdisciplinares sobre Capital, Trabalho, Estado e Ecologia. Suas últimas reflexões versam sobre a crise generalizada da racionalidade moderna e neoliberal e sobre a urgência de criação de alternativas transformadoras para viver e pensar.

REVISÃO

RENIER SILVA

Renier Silva nasceu e cresceu na Zona da Mata de Pernambuco e vive em São Paulo. Estudou Letras na FFLCH-USP, e atua como professor, tradutor e editor de texto entre as línguas portuguesa e francesa. Experimenta-se nas artes visuais e na poesia.

DESENHOS: ISABELLE PASSOS

Cadernos SELVAGEM
publicação digital da
Dantes Editora
Biosfera, 2023

